



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº: 015/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

ABERTURA: 27/11/2020 ÀS 8H30 HORAS

IMPORTANTE: SERÁ LIMITADA A ENTRADA DE UM PARTICIPANTE POR EMPRESA DE ACORDO COM O §3º DO ART. 20 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 029 DE 15/04/2020 E ALTERAÇÕES. USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARAS CONFORME DETERMINAÇÃO DE DECRETO ESTADUAL.

(dependendo da quantidade de participantes, a licitação poderá ocorrer em outro espaço que será informado no início da sessão).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e demais legislações pertinentes, torna público para o conhecimento dos interessados, que na data, horário e local citada no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão de Licitações com a finalidade de receber documentação e propostas da presente Tomada de Preços.

1. DO OBJETO

1.1. É objeto do presente procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, a contratação de empresa especializada para executar a obra de pavimentação asfáltica da Rua Três Mártires Rio Grandenses numa extensão de 190,00 metros (175 metros através de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Regional/CAIXA e 15 metros com recursos próprios).

1.2. A descrição dos trabalhos, o modo de execução dos serviços, qualidade e quantidade dos materiais empregados constam nos documentos vinculados e anexados ao presente instrumento e correspondem aos seguintes anexos: Memorial Descritivo, Memorial de cálculo, Mapa de localização, Planilha Orçamentária, Declaração BDI, Cronograma Físico Financeiro, Projeto de sinalização e Projeto Geométrico, os quais integram a presente licitação, tudo consoante estipulado no artigo 47 da Lei 8.666/93.

1.3. A licitante deverá realizar visita técnica, através de seu Responsável Técnico, para conhecer o local de realização dos serviços. A visita será realizada até um dia útil anterior à realização da licitação, no horário da manhã na Prefeitura, sendo agendada com, no mínimo, um dia de antecedência, junto ao Setor de Engenharia, (51) 3445.3011 ou 3445.3111 com Suzane ou Vanderley.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

1.4. Caso a empresa interessada se recusar a fazer a visita, deverá apresentar uma Declaração assinada pelo seu Responsável Técnico, informando que não tem interesse de realizar a visita ao local da obra.

1.5 O valor global orçado para a empreitada é de R\$320.864,15 (trezentos e vinte mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos). Sendo R\$297.811,34 (duzentos e noventa e sete mil oitocentos e onze reais e trinta e quatro centavos) referente aos 175 metros do Contrato de Repasse e R\$23.052,81 (vinte e três mil e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos) referente aos 15 metros de Recursos Próprios.

1.6. O objeto deste processo licitatório está vinculado ao Contrato de Repasse nº 902676/2020.

2. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

LOCAL: Sala de Reuniões na Prefeitura Municipal de Presidente Lucena/RS

DATA: 27/11/2020

HORÁRIO: 08 horas e 30 minutos.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Não poderão participar do certame descrito no presente edital as empresas que se enquadrarem em quaisquer das seguintes situações:

I. Que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer Órgão Público Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

II. Que esteja sob o regime de concordata, falência ou sob o regime de recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

3.2. Os impedimentos, se existentes, deverão ser declarados pela empresa, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis nos termos da legislação vigente.

3.3. Não será permitida a participação de empresa em consórcio na presente licitação.

3.4. Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas na forma da Lei, que atenderem as exigências deste edital e anexos, exercerem atividade compatível com o objeto licitado, que estiverem previamente cadastradas no Município de Presidente Lucena/RS e que apresentarem certificado válido, na data de abertura de recebimento dos envelopes de habilitação, bem como todos os documentos constantes na habilitação.

3.5. A responsabilidade de entrega dos documentos cabe ao interessado. Não serão aceitos protocolos fora de prazo, nem mesmo com justificativa por atrasos de responsabilidade de terceiros. Será considerada a data de entrega na Prefeitura Municipal.

3.6. Todo processo desde a apresentação das propostas à emissão das notas fiscais deve ser apresentado de forma separada para cada trecho (175 metros referentes ao Contrato de Repasse/CAIXA e 15 metros referente aos Recursos Próprios). O julgamento será por proposta global, mas as planilhas deverão ser únicas de cada recurso. Referente ao trecho de 175 metros todas as documentações/planilhas devem citar o Contrato de Repasse nº 902676/2020.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

4. DOS REGISTROS CADASTRAIS

4.1. Para efeitos de cadastramento e recebimento do Certificado de Registro Cadastral, as empresas interessadas em participar do presente Processo Licitatório, deverão apresentar a documentação pertinente à habilitação, **até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas**, conforme preceituado no artigo 22, §2º, da Lei 8.666/93, ou seja, **até às 16:30 horas do dia 24 de novembro de 2020**, os documentos comprobatórios da capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira conforme abaixo discriminado:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Cópia autenticada da Cédula de Identidade ou documento que a Lei confere idêntica força (tais como: CNH, carteira de órgão CREA, OAB, CREMERS, etc.) do representante legal da empresa;
- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, expedido pelo órgão competente, quando assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- VI. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);
- VII. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014) em vigor;
- VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;
- IX. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (da sede da empresa), em vigor;
- X. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em vigor;
- XI. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- XII. Prova de registro da empresa licitante, junto ao CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais inclusive no que tange a responsabilidade técnica, que deverá ser exercida por profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA/RS; Os dados constantes no registro do CREA/RS deverão ser idênticos aos constantes no contrato social vigente, inclusive no que se refere ao quadro social, endereço e capital da empresa.
- XIII. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RS, pertinente ao Responsável Técnico da empresa licitante. Observação: Para as empresas que possuem registro no CREA de outra jurisdição deverá ser apresentado visto para participar da



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

licitação e realização de obras nos termos da Resolução n. 413/97 do CREA. Para o responsável técnico que tenha registro no CREA de outro Estado, deverá obter o visto do CREA/RS no seu registro, de conformidade com o disposto no artigo nº 58 da Lei Federal nº 5.194/66 e Resolução nº 1007/2003 do CONFEA.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

XIV. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida no máximo a 90 (noventa) dias da abertura dos envelopes, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.2. Os documentos necessários ao cadastro deverão ser apresentados na forma original ou cópia autenticada por Tabelionato ou Cartório ou, ainda, por publicação em imprensa oficial (Diário Oficial). **Os documentos de cadastro poderão, também, ser autenticados junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, desde que as referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida.** Os documentos deverão estar com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos, ressalvados os documentos emitidos uma só vez para a licitante.

4.3. Os documentos eletrônicos – expedidos por intermédio da internet – serão aceitos sem autenticação, sendo sua autenticidade verificada junto as páginas oficiais.

4.4. O CRC deverá, obrigatoriamente, ser retirada na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena pelo representante legal da empresa ou procurador desde que apresente a devida procuração dentro do prazo de validade.

5. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Cada empresa participante poderá ser representada por um procurador, sócio administrador, gerente ou representante designado por instrumento próprio de representação, que será a única pessoa admitida a intervir em qualquer fase do procedimento licitatório respondendo, portanto, para todos os efeitos por sua representada. Será permitido que haja a nomeação de novo representante legal, mediante instrumento próprio (procuração ou carta de preposição devendo conter firma reconhecida do outorgante), para fins de firmar o contrato de fornecimento. Não é possível uma mesma pessoa representar mais do que uma licitante durante a licitação.

5.2. Para representação é imprescindível a apresentação, pelo representante, dos seguintes documentos:

I. Cédula de Identidade ou documento que a lei confere idêntica força (CNH, carteira de Órgão de Classe, etc.);

II. Comprovante de Credenciamento: quando se tratar de representante ou procurador deverá apresentar procuração ou carta de credencial conforme modelo constante no ANEXO I deste edital, com firma reconhecida em Cartório.

OBS: Quando a empresa for representada por sócio administrador ou diretor, bastará a apresentação da cédula de identidade para fins de conferência com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social que tenha sido apresentado no cadastramento.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

5.3. Todos os documentos, ora identificados, deverão ser entregues no local, dia e hora fixados neste instrumento.

5.4. A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento não inabilitará a empresa. No entanto, impedirá o representante de se manifestar ou responder pela mesma em quaisquer das fases do procedimento.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. No dia, hora e local, especificados no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Licitações, em sessão pública, receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta financeira.

6.2. Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações à documentação ou proposta financeira, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

6.3. Abertos os trabalhos, os licitantes, através de seu representante legal ou seus procuradores/credenciados, deverão apresentar documento de identificação pessoal (de acordo com o item 5.2).

6.4. Os dois envelopes serão recebidos, verificados os lacres, e a seguir serão abertos os envelopes nº 01, conferidos os conteúdos e rubricados por todos os participantes do ato. A rubrica aposta nos documentos da fase de habilitação não implicará reconhecimento de validade e regularidade de seu conteúdo, mas apenas de sua existência física.

6.5. Serão consideradas automaticamente inabilitadas as participantes que não apresentarem a documentação solicitada, apresentarem-na com vícios e defeitos que impossibilitem seu entendimento ou não atendam satisfatoriamente as condições deste Edital.

6.6. Caso a Comissão de Licitações julgue necessário poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação. Durante este período, os envelopes nº 02 ficarão guardados intactos.

6.7. Na hipótese de ser divulgado o resultado da Habilitação na sessão de abertura dos ENVELOPES Nº 1 e havendo renúncia expressa de todos os licitantes em interpor recurso será iniciada a Segunda Fase, com a abertura das Propostas de Preços (ENVELOPE Nº 2). Caso contrário, a Comissão suspenderá os trabalhos pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

6.8. Abertos os envelopes nº 02, as propostas financeiras serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos representantes legais presentes.

6.9. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, que não atendam as especificações do Edital ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

6.10. Caso a Comissão julgue necessário poderá suspender a reunião para analisar e julgar as propostas.

6.11. Na hipótese de ser divulgado o resultado da Segunda Fase na própria sessão de abertura do ENVELOPE Nº 2 e havendo renúncia expressa de todos os licitantes em interpor recurso será declarado pelo Presidente da Comissão de Licitação o licitante vencedor; caso contrário a



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Comissão interromperá os trabalhos pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis para eventual interposição de recursos.

6.12. A documentação contida nos envelopes abertos não será devolvida às proponentes inabilitadas, permanecendo como parte integrante do processo licitatório.

6.13. Os envelopes contendo as propostas financeiras das participantes inabilitadas na 1ª fase permanecerão lacrados e anexados na pasta do processo licitatório ou devolvidos ao licitante, após decorridos todos os prazos recursais. Caso os envelopes lacrados não sejam anexados ao processo, eles deverão ser retirados em prazo a ser determinado em ata, caso contrário serão inutilizados.

6.14. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar o prazo de 08(oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou nova proposta financeira, conforme Art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, cumprindo todas as condições do presente Edital.

7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE Nº 01 E 02

7.1. Os envelopes serão recebidos pela Comissão, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, em 02(dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS

TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E Nº DO CNPJ - *deverá ser o mesmo que irá emitir as Notas Fiscais*)

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS

TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2020

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E Nº DO CNPJ - *deverá ser o mesmo que irá emitir as Notas Fiscais*)

7.2. O envelope Nº 01 deverá conter a seguinte documentação:

7.2.1. Certificado de Registro Cadastral, fornecido por este Município, dentro do prazo de validade.

7.2.1.1 Habilitação Jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômica financeira, conforme abaixo discriminado:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

I. Cópia autenticada da Cédula de Identidade ou documento que a Lei confere idêntica força (tais como: CNH, carteira de órgão CREA, OAB, CREMERS, etc.) do representante legal da empresa;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, expedido pelo órgão competente, quando assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- VI. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);
- VII. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014) em vigor;
- VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;
- IX. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (da sede da empresa), em vigor;
- X. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em vigor;
- XI. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- XII. Prova de registro da empresa licitante, junto ao CREA/RS (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais inclusive no que tange a responsabilidade técnica, que deverá ser exercida por profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA/RS; Os dados constantes no registro do CREA/RS deverão ser idênticos aos constantes no contrato social vigente, inclusive no que se refere ao quadro social, endereço e capital da empresa.
- XIII. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RS, pertinente ao Responsável Técnico da empresa licitante. Observação: Para as empresas que possuem registro no CREA de outra jurisdição deverá ser apresentado visto para participar da licitação e realização de obras nos termos da Resolução n. 413/97 do CREA. Para o responsável técnico que tenha registro no CREA de outro Estado, deverá obter o visto do CREA/RS no seu registro, de conformidade com o disposto no artigo nº 58 da Lei Federal nº 5.194/66 e Resolução nº 1007/2003 do CONFEA.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- XIV. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida no máximo a 90 (noventa) dias da abertura dos envelopes, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.2.2. Atestado que comprove visita ao local de execução dos serviços, fornecido pela Secretaria Municipal da Administração, conforme item 1.4 deste Edital. Caso a empresa interessada não



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

tenha realizado a visita, deverá apresentar uma Declaração assinada pelo seu Responsável Técnico, informando que não teve interesse de realizar a visita ao local da obra.

7.2.3. Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que recebeu os documentos constantes dos anexos de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações assumidas em razão do objeto do presente edital e de que concorda com todas as cláusulas do Edital, das especificações técnicas, memorial descritivo, projetos e os termos do contrato a ser firmado.

7.2.4. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução, pela empresa licitante, de serviços de características compatíveis ao objeto desta licitação. O atestado deverá ter registro no órgão competente e estar acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

7.2.5. Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 anos, nos termos do Art. 27 inciso V da Lei 8.666/93 que determina o cumprimento no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.6. Declaração assinada pelo representante legal de inexistência de fato impeditivo na data de habilitação, conforme determinado no parágrafo segundo do artigo 32, da Lei 8.666/93.

7.2.7. Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

7.2.8. Licença de Operação (LO), emitida por órgão competente em vigor, da usina de asfalto que fornecerá a massa asfáltica. Caso a empresa fornecedora da massa asfáltica não seja a própria licitante, além da LO deverá ser apresentado documento formal que caracterize o vínculo dessa empresa com a licitante, o que poderá ser feito, por exemplo, por meio de contrato ou declaração da empresa detentora da LO, que irá declarar a disponibilidade da usina para o atendimento do objeto do edital.

7.2.9. Declaração, assinada pelo representante legal da empresa licitante, de que a usina que fornecerá a massa asfáltica localiza-se dentro do limite de distância de 150 (cento e cinquenta) quilômetros do Município de Presidente Lucena/RS.

7.2.10. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

- Declaração do Contador que comprove enquadramento da empresa na Lei Complementar nº123/2006 ou da Junta Comercial. Tanto a declaração do Contador quanto o documento da Junta Comercial (pode ser apresentada a certidão simplificada emitida pela Internet) não poderão ter sido expedidos há mais de 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes de documentação.

7.2.11. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite permitido às ME's e EPP's, gozarão dos benefícios constantes nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem declaração firmada por contador de que se enquadram no limite de receita referido acima.

§ 1º Todos os documentos supracitados (inclusive do credenciamento) deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente. Estes documentos poderão também ser autenticados na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, no Setor de



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

Compras e Licitações, até um dia útil antes do credenciamento e abertura dos envelopes, desde que as referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida. Os documentos eletrônicos – expedidos por intermédio da internet – serão aceitos sem autenticação, sendo sua autenticidade verificada. Os documentos deverão estar com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos, ressalvados os documentos emitidos uma só vez para a licitante.

§ 2º A proponente que deixar de apresentar quaisquer dos documentos ou apresentar fora do prazo de validade será julgado inabilitado e não poderá participar das fases subsequentes do presente processo, sendo que seu Envelope Nº 02 – Proposta Financeira – não será aberto, sendo anexado ao processo licitatório ou ficando à disposição da empresa, para retirada, após decorridos todos os prazos recursais.

7.3. O envelope Nº 02 deverá conter:

7.3.1. A Proposta financeira datilografada ou impressa, datada, assinada e preferencialmente rubricada em todas as páginas, sem emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas, em moeda corrente nacional, especificando valores unitários e totais dos materiais e dos serviços preenchendo todos os campos, principalmente os subtotais de cada etapa especificando materiais e mão de obra conforme Planilha Orçamentária e Cronograma (ANEXOS), já incluídas todas as despesas com leis sociais, seguros, fretes, taxas, obtenção de licenciamento, transporte, depósitos e quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, devendo ainda mencionar o prazo de execução não superior a 30 (trinta) dias, conforme cronograma, a contar da data de ordem de início. **OBS.: a empresa deverá apresentar sua planilha de detalhamento de BDI e sua planilha de detalhamento de Encargos Sociais.** O percentual do BDI não poderá ultrapassar o parâmetro máximo estabelecido no Acórdão 2622/2013 do TCU para construção de rodovias e ferrovias.

7.3.2. O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme disposto no art. 64, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93. Aplicar-se-á a este item o efeito suspensivo previsto no Art. 109 §2 da Lei nº 8.666/1993.

7.3.3. A proposta financeira deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico da empresa, cujo nome e CREA do responsável técnico deverão ser claramente identificáveis.

7.3.4. Será considerada desclassificada a proposta financeira que apresentar valor global superior ao orçado:

7.3.4.1. O valor global orçado para a empreitada é de R\$320.864,15 (trezentos e vinte mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos). Sendo R\$297.811,34 (duzentos e noventa e sete mil oitocentos e onze reais e trinta e quatro centavos) referente aos 175 metros do Contrato de Repasse e R\$23.052,81 (vinte e três mil e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos) referente aos 15 metros de Recursos Próprios.

Observação: a variação permitida nos itens da proposta não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) para mais, considerando o valor total do item/etapa (materiais + mão de obra).



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

7.3.5. A Proposta Financeira deverá, ainda, preferencialmente, conter informações como:

I. Menção ao número desta Tomada de Preços;

II. Razão social completa da empresa, endereço atualizado, telefone/fax/e-mail (o e-mail fornecido poderá ser utilizado para fins de convocação à empresa em relação ao fornecimento quanto em caso de notificações, se necessárias);

III. Número do CNPJ, que deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (nota fiscal ou fatura) para efeitos de cobrança;

IV. Nome, número do banco, da agência e da conta corrente e a indicação da pessoa legalmente habilitada para assinar o contrato ou ajuste, com informações como: nome, CPF e endereço domiciliar, assim como o telefone para contato. Obs.: a conta bancária deverá estar obrigatoriamente em nome da empresa, não sendo aceitas contas de terceiros ou de sócios.

V. Mencionar na proposta referente aos 175 metros que ela está vinculada ao **Contrato de Repasse/CAIXA nº 902676/2020**.

7.3.6. Os preços cotados deverão ser fixos e irreajustáveis durante a vigência do contrato, admitida a readequação em razão da alteração do projeto por fatos supervenientes, mediante ajuste prévio e expresse.

7.3.7. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

7.3.8. A presente licitação terá o prazo de vigência de um ano a contar de sua homologação.

8. DO JULGAMENTO

8.1. O julgamento será realizado pela Comissão de Licitações, levando em consideração o **Menor preço global da proposta (mão-de-obra e materiais)**, cujo objeto será executado sob regime de empreitada por preço global, de acordo com o previsto na Lei 8666/93.

8.2. A classificação se dará pela ordem crescente das propostas, a partir da mais vantajosa, sendo declarada vencedora aquela que atender as especificações e apresentar a proposta de menor preço global.

8.3. Após a abertura dos envelopes com a proposta financeira será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §1º, da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem este edital.

8.3.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

8.3.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

I - As microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas dentro do percentual de 10% poderão apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo de **dois dias úteis**, a contar da publicação do resultado das propostas, através do seu representante legal. As novas propostas serão apresentadas em envelopes fechados e indevassáveis, os quais serão abertos na ordem de classificação das propostas iniciais. A proposta que atender as



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

qualificações e requisitos de habilitação excluirá a abertura das demais propostas. As propostas serão abertas em sessão pública.

II - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que terá o seu envelope aberto primeiramente, no caso de envio de nova proposta, conforme inciso anterior.

8.4. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que goze dos benefícios das MEs e EPPs satisfizer as exigências do item 8.3.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.5. O disposto no item 8.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, pela igualdade dos valores nela consignados, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, nos termos do artigo 45, parágrafo segundo, da Lei 8666/93 e alterações. Resguarda-se a preferência da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que ultrapassarem o valor estipulado no item 7.3.4.1 deste edital.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. As possíveis impugnações pedindo a anulação, revogação ou alteração do presente Edital deve ser interposta até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo ser protocolados junto ao Setor de Protocolo desta Prefeitura aos cuidados da Secretaria Municipal da Administração.

9.2. Dos atos da Administração, decorrentes do procedimento licitatório e na execução do Contrato Administrativo, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

9.3. Os recursos contra o julgamento da habilitação e proposta financeira terão efeito suspensivo e deverão ser interpostos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir do julgamento da Comissão de Licitações, devendo ser protocolados junto ao Setor de Protocolo desta Prefeitura.

9.4. Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, sendo que esta poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de até 05(cinco) dias úteis ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir ao Prefeito Municipal, para decisão final, a ser proferida em até 05(cinco) dias úteis do recebimento.

9.5. Uma vez interposto recurso, o mesmo será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis.

9.6. Os documentos (tanto impugnações quanto recursos) deverão ser protocolados em original ou cópia autenticada. A responsabilidade de entrega cabe ao interessado, não serão aceitos protocolos fora de prazo, nem mesmo com justificativa por atrasos de responsabilidade de terceiros.

9.7. A tempestividade da entrega e protocolo dos documentos considerará o horário de expediente da Prefeitura Municipal: das 7h36min às 11h45min e das 13h às 17h, de segunda a quinta-feira, e das 7h36min às 11h45min em sextas-feiras.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

9.8 – Havendo outra forma de entrega de documentos, diversa daquelas listadas neste item (em razão da pandemia do novo Coronavírus) os licitantes serão comunicados na sessão, por e-mail ou telefone.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerrada a fase de julgamento da documentação e das propostas, a Comissão adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo ao Prefeito Municipal para que o homologue.

10.2. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento licitatório, sem que assista aos licitantes direito à indenização.

11. PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

Esgotados todos os prazos recursais, após a homologação do processo, a administração convocará a empresa vencedora para assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Lucena/RS. Pela recusa em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto (valor total do contrato/proposta), ao licitante vencedor.

12. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DA OBRA E EXIGÊNCIAS LEGAIS

12.1. O prazo máximo para o término da obra é de **30 (trinta)** dias, conforme cronograma, a contar da data de ordem de início que será emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e após assinatura do contrato.

12.2. Os serviços deverão ser prestados no local indicado na cláusula primeira deste edital e o fornecimento do material será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

12.3. Na data de início da obra, a empresa deverá apresentar a matrícula da obra no INSS e a ART ou RRT de execução.

12.4. A licitante receberá as devidas orientações quanto à identificação da obra através de placa, inclusive quanto ao período permitido para sua instalação e conteúdo. O ônus de confecção e instalação da placa é da empresa contratada.

12.5. A empresa será responsável pela colocação de todas as instalações provisórias e de sinalização de segurança, sem qualquer ônus adicional ao previsto na planilha.

12.6. A empresa contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos sólidos, sem ônus adicional ao Município.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados após a conclusão de cada etapa, conforme cronograma, mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), além de atestado emitido pelo Engenheiro desta Administração, a qual atestará a evolução da obra.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

13.2. As retenções legais, quando aplicável, já deverão vir calculados e relacionados na Nota Fiscal.

13.3. A empresa vencedora deverá colocar à disposição do Município, quando por este solicitado, a relação dos empregados relacionados ao objeto licitado na forma da instrução normativa do INSS.

13.4. As Notas Fiscais/Faturas emitidas pela licitante vencedora deverão conter, preferencialmente, em local de fácil visualização, a indicação do número desta Tomada de Preços e o número do Contrato, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

14. DO REAJUSTE

14.1. O valor contratado é fixo e irredutível pelo prazo de duração do contrato, excetuando a hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro decorrente de fato superveniente desde que não contrário ao interesse público e ao princípio da economicidade, devidamente comprovado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e prestar todo tipo de mão-de-obra necessários, utilizando seus equipamentos, ferramentas, transportes, emitir ART ou RRT (anotação ou registro de responsabilidade técnica de execução), obtenção da CND da Obra (com respectivo pagamento do INSS) e tudo mais que se fizer necessário para perfeita execução dos mesmos, devendo ainda arcar com leis sociais, seguros, administração, bem como quaisquer outras taxas e despesas decorrentes da execução, ficando apenas sob a responsabilidade do Município a fiscalização dos materiais e serviços.

15.2. O pagamento poderá ser suspenso sem direito a qualquer reajuste, complemento ou acréscimos, caso a empresa vencedora deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município, retarde indevidamente a execução dos serviços ou paralise o objeto empreitado por prazo superior a 05(cinco) dias ininterruptos.

15.3. A empresa vencedora responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução do objeto empreitado, pela solidez e qualidade deles e pelo ressarcimento integral de todos os danos sofridos por empregados ou prepostos seus ou por terceiros, seja em razão dos serviços ou de atos de seus subordinados, prepostos, contratados ou a si vinculados por qualquer fórmula.

15.3.1. A empresa vencedora garante ao Município direito regressivo por tudo que acaso seja forçado a despendar com o ressarcimento de quaisquer danos, em razão de determinação judicial, isolada ou solidariamente com a empresa vencedora, seja no que se refere à indenização em si mesma, seja no pertinente às custas processuais e honorários profissionais, uma vez que não cabe qualquer responsabilidade do Município para com tais indenizações e demais despesas.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Município, através do seu órgão fiscalizador, poderá exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços empreitados, objetivando assegurar a correta execução, considerados os projetos,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

memorial descritivo, especificações técnicas, o cronograma, a qualidade da mão-de-obra empregada, materiais, equipamentos, instalações e tudo mais necessário ou recomendável à perfeita execução da obra.

16.2. A fiscalização poderá determinar a substituição de qualquer unidade de material e de tudo mais que julgar necessário, visando a boa qualidade dos serviços empreitados, inclusive no atinente à mão-de-obra, sendo a empresa vencedora obrigada a cumprir quaisquer determinações imediatamente.

16.3. Ocorrendo imperfeições técnicas ou inadequada execução dos serviços poderá ser determinada a renovação dos serviços irregularmente executados, respondendo a empresa vencedora às suas expensas exclusivamente e na forma do artigo 618 do Código Civil por todos os custos, despesas, encargos, demais acréscimos e onerações desses serviços renovados, inclusive no atinente aos respectivos materiais e equipamentos, sem direito a qualquer indenização, compensação, perdas e danos ou reajustamento dos respectivos preços unitários em desconformidade ao cronograma ou em caráter complementar, consoante antes estabelecido.

16.4. A fiscalização não eximirá a empresa vencedora de quaisquer das obrigações assumidas, inclusive nas hipóteses de eventual tolerância ou omissão, as quais não ilidirão sua responsabilidade.

17. DA INSTALAÇÃO E ENTREGA DA OBRA

17.1. A empresa vencedora deverá, objetivando a fiscalização e acompanhamento dos serviços:

I. Destinar, em local apropriado, dependência para atendimento à obra, guarda de projetos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos e elementos necessários.

II. Manter, no local da obra, responsável pela mesma, com poderes para responder pela empreitada, acolhendo as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município, fornecendo todas as informações e esclarecimentos solicitados.

17.2. Decorrido o prazo fixado para a conclusão do objeto, havendo plena e efetiva satisfação de todas as obrigações assumidas e comprovada a perfeição dos serviços executados, o Município expedirá o termo definitivo de recebimento da obra.

17.3. Não obstante a expedição do termo definitivo, a empresa vencedora responderá pela solidez e segurança dos serviços executados, eventuais vícios ocultos, inclusive no atinente aos materiais e equipamentos empregados e aplicados, durante o prazo de 5(cinco) anos, em consonância com o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Nos termos do disposto nos art. 87 e 88 da Lei 8.666/93 pela inexecução parcial ou total dos termos deste Edital, O MUNICÍPIO poderá aplicar à LICITANTE as seguintes penalidades, sempre garantida à prévia defesa em processo administrativo.

I. Advertência por escrito, quando se tratar de pequena irregularidade;

II. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Presidente Lucena, por prazo não superior a 02(dois) anos;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

- III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- IV. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta/contrato, por dia, em caso de descumprimento do prazo de entrega limitada a dez dias. Após o período de dez dias será considerado o descumprimento contratual, aplicando-se multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta/contrato e sujeitando-se às penas dos incisos II e III.
- V. Multa de 10% sobre o valor total da proposta/contrato para os casos de descumprimento contratual, fraude à execução, não manutenção da proposta, além das penas dos incisos II e III.
- VI. Em caso de multa é assegurado ao Município o direito de deduzir o valor dela de qualquer pagamento a que fizer jus a empresa vencedora ou cobrá-la pela via administrativa ou judicial.
- VII. Pela recusa em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no item 11.1, será imputada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor proposto (valor total do contrato) à licitante vencedora.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Para a execução dessa obra o Município conta somente com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária em vigor, como segue:

05 SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 DPTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0110.1011. Pavimentação de Estradas, Ruas e Avenidas

3.4.4.9.0.51.00.000000 Obras e instalações – conta nº 52100 (0001 Recurso Livre)

3.4.4.9.0.51.00.000000 Obras e instalações – conta nº 53400 (1042 Recurso Federal p/
Pavimentação)

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos.

20.2. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

20.3. Todas as propostas e documentos de habilitação, cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricados pela Comissão de Licitações e pelas licitantes presentes.

20.4. A empresa vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 sobre o valor inicial contratado.

20.5. O Município reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento Licitatório, sem que assista às licitantes direito à indenização.

20.6. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão de Licitações ou pela Secretaria Municipal da Administração, com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

20.7. O Comunicado de abertura de licitação do presente certame e demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, serão formalizados através de publicação no mural constante na sede da Prefeitura do Município de Presidente Lucena/RS, publicação no Jornal NH, Jornal do Comércio, bem como através do site www.presidentelucena.rs.gov.br, ressalvadas as comunicações diretas com a licitante vencedora que poderão ser efetuadas por meio eletrônico, de forma pessoal e AR.

20.8. Fazem parte deste edital:

ANEXO I – Modelo de Credenciamento;

ANEXO II – Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

ANEXO IV – Modelo declaração de inexistência de servidor em seu quadro societário;

ANEXO V – Modelo Declaração de Concordância com o Edital;

ANEXO VI – Minuta do Contrato.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ivoti/RS para dirimir eventuais dúvidas, ressalvados os recursos administrativos, decorrentes da presente Licitação.

Mais informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente, na Sede Municipal, ou pelo fone: (51)3445.3011 ou 3445.3111, no Setor de Compras e Licitações e/ou com o Fiscal devidamente designado por esta Administração.

Presidente Lucena/RS, 09 de novembro de 2020.

Este edital foi devidamente examinado
e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Simone F. C. Grejanin
OAB/RS 113.638

GILMAR FÜHR
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se

César Alberto Karling
Secretário da Fazenda e Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Presidente Lucena, na modalidade Tomada de Preços, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ n.º, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

() inclusive assinatura do contrato e seus aditivos.

() exceto assinatura do contrato e seus aditivos.

Marcar somente uma das opções acima.

..... de de 2020.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARO, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Por ser verdade assina a presente.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

DECLARO, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que a empresa....., inscrita no CNPJ nº..... não apresenta qualquer fato impeditivo de participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea, não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera ou suspensão de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV – NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO

A/C
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREF. MUNIC. DE PRESIDENTE LUCENA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020
TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa.....
CNPJ.....não possui em seu quadro societário servidor público da
ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA DO EDITAL

A/C

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE LUCENA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2020

TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

Declaro, para fins previstos neste Edital que a empresacom sede na, cidade de, inscrita no CNPJ nº, tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e concorda com todos os termos do Edital supracitado.

Carimbo e Assinatura do responsável legal
Data



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 064/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS EDITAL Nº 015/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA/RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 94.707.494/0001-92, com sede na Rua Ipiranga, nº 375 Bairro Centro no Município de Presidente Lucena/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Gilmar Fuhr, brasileiro, profissão, estado civil, residente e domiciliado na Rua.....na cidade deportador da Cédula de Identidade nºinscrito no CPF sob nº

CONTRATADA: (...), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede Administrativa à (...), representada pelo Sr.(a) (...), CPF nº (...), residente e domiciliado(a) no Município de (...).

Pelo presente instrumento, as partes supra qualificadas **CONTRATANTE** e empresa **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e do Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, ajustam o presente contrato consoante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. É objeto do presente instrumento, na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, a contratação de empresa especializada para executar a obra de pavimentação asfáltica da Rua Três Mártires Rio Grandenses numa extensão de 190,00 metros (175 metros através de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Regional/CAIXA e 15 metros com recursos próprios).

1.2. A descrição dos trabalhos, o modo de execução dos serviços, qualidade e quantidade dos materiais empregados constam nos documentos vinculados e anexados ao presente instrumento e correspondem aos seguintes anexos: Memorial Descritivo, Memorial de cálculo, Mapa de localização, Planilha Orçamentária, Declaração BDI, Cronograma Físico Financeiro, Projeto de sinalização e Projeto Geométrico, os quais integram a presente licitação, tudo consoante estipulado no artigo 47 da Lei 8.666/93.

1.3. O objeto deste contrato deverá ser executado conforme projetos, planilha orçamentária, cronograma, memorial descritivo e demais especificações contidas neste Contrato e no Edital de Licitação TP 015/2020, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. O valor global do presente contrato, o qual corresponde à execução dos serviços, fornecimento dos materiais, a utilização dos equipamentos, instalações e todos os demais encargos, custos diretos e indiretos desta empreitada, inclusive tributos, contribuições sociais e encargos trabalhistas é de **R\$ _____**(_____). Deste valor, o montante relativo aos materiais é de **R\$ _____**(_____). e o total da mão de obra é de **R\$ _____**(_____).



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

3.2. Os pagamentos serão efetuados após a conclusão de cada etapa, conforme cronograma, mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura), além de atestado emitido pelo órgão competente ou por Responsável Técnico designado, a qual atestará a evolução da obra.

3.3. Os percentuais a serem retidos e deduzidos, já deverão vir calculados e relacionados na Nota Fiscal.

3.4. A contratada deverá colocar à disposição do contratante, quando por este solicitado, a relação dos empregados relacionados ao objeto licitado na forma da instrução normativa do INSS.

3.5. As Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada deverão conter, preferencialmente, em local de fácil visualização, a indicação do número da respectiva Tomada de Preços, o número do Contrato e os dados bancários, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.6. O valor contratado é fixo e irredutível pelo prazo de duração do contrato, excetuando a hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro decorrente de fato superveniente desde que não contrário ao interesse público e ao princípio da economicidade, devidamente comprovado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, IDENTIFICAÇÃO DA OBRA E EXIGÊNCIAS LEGAIS

4.1. O prazo máximo para o término da obra é de 30 (trinta) dias, conforme cronograma, a contar da data de ordem de início que será emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou por Responsável Técnico designado, após assinatura do contrato.

4.2. Os serviços deverão ser prestados no local indicado na cláusula segunda do presente instrumento e o fornecimento do material será de inteira responsabilidade da contratada.

4.3. Na data de início da obra, a contratada deverá apresentar a matrícula da obra no INSS e a ART ou RRT de execução.

4.4. A contratada receberá as devidas orientações quanto à identificação da obra através de placa, inclusive quanto ao período permitido para sua instalação e conteúdo. O ônus de confecção e instalação da placa é da empresa contratada.

4.5. A contratada será responsável pela colocação de todas as instalações provisórias e de sinalização de segurança, sem qualquer ônus adicional ao previsto na planilha.

4.6. A contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos sólidos, sem ônus adicional ao contratante.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Em razão do presente instrumento, a empresa CONTRATADA se obriga a:

I. Fornecer, já considerados no preço da empreitada, toda a mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pelos custos, encargos ou ônus com os contratos de trabalho, prestação dos serviços autônomos e quaisquer outros que venha ajustar com terceiros, bem como pelos correspondentes recolhimentos tributários, previdenciários e demais encargos trabalhistas, sociais e comerciais, bem assim arcar com ferramentas, equipamentos, demais



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

instalações e acessórios necessários à execução desta empreitada, isentando o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades neste tocante.

II. Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas, sendo-lhes vedado promover modificações nas especificações técnicas e encargos gerais, sem o consentimento prévio, por escrito, do contratante.

III. Assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

IV. Acompanhar o cronograma do serviço de modo a não provocar atrasos.

V. Disponibilizar equipamento de proteção aos funcionários e a quem ingressar no local dos serviços.

VI. Providenciar as instalações provisórias, instalar tapumes de forma a preservar a segurança da obra, quando necessário, bem como realizar a sinalização de segurança, sem qualquer ônus adicional ao previsto na planilha.

VII. Manter os equipamentos e materiais devidamente armazenados, de forma a evitar acidentes.

VIII. Empregar material de boa qualidade, o qual se sujeitará a avaliação do órgão fiscalizador, que, inclusive, poderá vetar a utilização do mesmo.

IX. Executar os serviços do objeto do presente contrato observando rigorosamente os projetos, memorial descritivo, cronograma, proposta e demais especificações técnicas ditadas pelo contratante.

X. Providenciar o recolhimento e destinação dos resíduos sólidos, sem ônus adicional ao contratante.

XI. Deverá, objetivando a fiscalização e acompanhamento dos serviços, manter no local responsável pelos mesmos, com poderes para responder pela empreitada, acolhendo as determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município, fornecendo todas as informações e esclarecimentos solicitados.

XII. Observar os prazos determinados neste instrumento e acatar a todas as determinações do órgão fiscalizador.

XIII. Manter, durante toda a execução do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação pertinente ao objeto do presente contrato.

XIV. Providenciar a CND de conclusão da obra contratada, Certificado de Baixa da Matrícula da Obra junto ao INSS. A CND da obra deverá ser apta para averbação, se necessária.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Em razão do presente contrato, o CONTRATANTE se obriga a:

I. Efetuar os pagamentos nos prazos e na forma convencionada no presente instrumento.

II. A Secretaria da Administração, através de seu responsável técnico, poderá exercer a função de órgão fiscalizador, exercendo ampla e irrestrita fiscalização dos serviços, objetivando assegurar a correta execução dos mesmos, considerados os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, o cronograma, a qualidade da mão de obra empregada, materiais, equipamentos, instalações e tudo mais necessário ou recomendável à perfeita execução da obra.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

III. Determinar, por intermédio do órgão fiscalizador, a substituição de qualquer unidade de material e de tudo mais que julgar necessário, visando a boa qualidade dos serviços, inclusive no atinente à mão de obra, sendo a empresa contratada obrigada a cumprir quaisquer determinações imediatamente.

IV. A ocorrência de quaisquer imperfeições técnicas ou inadequada execução dos serviços, quando constatada pelo órgão fiscalizador, fará com que este determine a renovação dos serviços irregularmente executados, respondendo a contratada, às suas expensas, por todos os custos, despesas, encargos e demais acréscimos e onerações desses serviços renovados, inclusive no atinente aos respectivos materiais e equipamentos, sem direito à indenização, compensação, perdas e danos ou reajustamento dos respectivos preços unitários em desconformidade ao cronograma ou em caráter complementar, consoante antes estabelecido.

CLÁUSULA SEXTA: DA ENTREGA DA OBRA

7.1. Decorrido o prazo fixado para a conclusão, havendo plena e efetiva satisfação de todas as obrigações assumidas e comprovada a perfeição dos serviços executados, o contratante expedirá o termo definitivo de recebimento da obra.

7.2. Não obstante a expedição do termo definitivo, a contratada responderá pela solidez e segurança dos serviços executados e eventuais vícios ocultos, inclusive no atinente aos materiais e equipamentos empregados e aplicados na obra, durante o prazo de 5(cinco) anos, em consonância com o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

7.3. Permanece resguardado o direito do contratante em promover a devida cobrança administrativa e judicial tanto em relação às penalidades contratuais, quanto em relação aos danos gerados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivos para a rescisão do Contrato, aqueles previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, cabíveis a sua ocorrência por ato unilateral do CONTRATANTE, por ajuste das partes ou em razão de decisão judicial.

8.2. Ocorrendo rescisão por tipificação dos incisos I a XI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, a empresa CONTRATADA não terá direito a nenhuma indenização.

8.3. Dando-se a rescisão em razão do previsto nos incisos XII a XVII artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, a empresa CONTRATADA fará jus aos pagamentos devidos pela correta execução do ajuste até a data da sua rescisão.

8.4. As multas a que iludem não impedem que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o presente Contrato.

8.5. Ficam, desde já, reconhecidos os direitos da administração em caso de rescisão administrativa conforme previsão contida no artigo 77 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

Estado do Rio Grande do Sul

9.1. Nos termos do disposto nos art. 87 e 88 da Lei 8.666/93 pela inexecução parcial ou total dos termos deste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sempre garantida à prévia defesa em processo administrativo.

- I. Advertência por escrito, quando se tratar de pequena irregularidade;
- II. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Presidente Lucena, por prazo não superior a 02(dois) anos;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- IV. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor proposto, por dia, em caso de descumprimento do prazo de entrega limitada a dez dias. Após o período de dez dias, será considerado o descumprimento contratual, aplicando-se multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta/contrato e sujeitando-se às penas dos incisos II e III.
- V. Multa de 10% sobre o valor da proposta/contrato para os casos de descumprimento contratual, fraude à execução, não manutenção da proposta, além das penas dos incisos II e III.
- VI. Em caso de multa é assegurado ao contratante o direito de deduzir o valor das mesmas de qualquer pagamento a que fizer jus a contratada ou cobrá-la pela via administrativa ou por via judicial.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes com a presente contratação correrão por conta de seguinte dotação orçamentária:

05 SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02 DPTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0110.1011. Pavimentação de Estradas, Ruas e Avenidas

3.4.4.9.0.51.00.000000 Obras e instalações – conta nº 52100 (0001 Recurso Livre)

3.4.4.9.0.51.00.000000 Obras e instalações – conta nº 53400 (1042 Recurso Federal p/ Pavimentação)

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer divergências oriundas do presente contrato, casos omissos ou fortuitos, as partes contratantes elegem o foro da Comarca de Ivoti/RS, renunciando a qualquer outro.

Presidente Lucena-RS, de de 2020.

Contratante

Contratada

Fiscal Titular

Fiscal

Testemunha

Testemunha